

Funaro: agora, o Brasil vai jogar duro com os credores.

Ainda não está definido o prazo durante o qual o Brasil manterá suspenso o pagamento dos encargos da dívida externa. Não procedem, portanto, as informações de que a suspensão seria por apenas 90 dias, um período talvez interessante para os credores norte-americanos, que assim evitariam dificuldades previstas na legislação norte-americana. A moratória, por outro lado, poderia ter sido adiada se alguns bancos credores tivessem concordado em emprestar dinheiro novo — cerca de US\$ 2 ou 3 bilhões —, para que o Brasil pudesse recompor as suas reservas.

Estas informações foram dadas pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, a parlamentares do PMDB com os quais se reuniu na última quinta-feira. Na ocasião, ele anunciou que o governo pretende jogar duro com os bancos credores (750, no total), reagindo à atitude que estes vêm tomado em relação a outros países, ou seja, de adiar alternativas de solução. O México, por

exemplo, tenta há quase um ano, sem êxito, completar a renegociação de sua dívida.

O líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'anna, que participou da reunião, disse que o ministro Dílson Funaro negociou com alguns bancos até a quarta-feira, tentando adiar a suspensão dos pagamentos. O objetivo, segundo o deputado, era evitar que as reservas brasileiras baixassem ao nível crítico de 4 bilhões de dólares, previamente definido como o limite para que o Brasil continuasse a pagar os juros. Só depois que os bancos negaram definitivamente o dinheiro novo, na quarta-feira, o governo decidiu ir em frente com a moratória.

Carlos Sant'anna não revelou quais os bancos que estavam negociando com Funaro até quarta-feira. Disse apenas que se o dinheiro novo tivesse entrado, as reservas voltariam à faixa de 6 ou 7 bilhões de dólares, e a moratória não teria sido deflagrada imediatamente.

O ministro assegurou aos parlamentares que as reservas cambiais brasileiras encontram-se em locais seguros e inalcançáveis pelo credores, para onde foram transferidas pelo governo com grande antecedência da decisão de suspender o pagamento de juros da dívida externa. A informação foi

Sem represálias

O governo brasileiro, de acordo com a análise de Funaro, aos parlamentares, não acredita em represálias comerciais — nas importações e nas exportações — em consequência da pretendida suspensão do pagamento dos encargos da dívida. Quem vende ao Brasil continuará vendendo, pois somos um bom mercado e, quem compra do Brasil continuará comprando, pois temos bons produtos e bons preços — garantiu o ministro da Fazenda.

Um deputado, preocupado, perguntou se não haveria o risco de os credores seguirem um avião da Varig em algum país no

exterior, por exemplo. Funaro sorriu e respondeu: "Isso não passa de fantasia, de brincadeira de mau gosto".

Funaro insistiu que a moratória técnica não visa ao confronto com os credores, mas destina-se a criar condições favoráveis para o entendimento entre as partes. Por essa razão, o pagamento dos juros somente será restabelecido quando houver um acordo que o Brasil julgue vantajoso cumprir. O governo brasileiro, sempre conforme depoimento do ministro da fazenda, transmitido oficialmente pelo líder Carlos Sant'Anna, não espera represálias imediatas, e sim pressões, sobretudo dos banqueiros internacionais, para que o Brasil honre a dívida com suas reservas cambiais.

Com relação ao prazo de 90 dias o ministro surpreendeu os políticos do PMDB: "O Brasil ainda não definiu o prazo. Não há prazo determinado para a suspensão". Os deputados entenderam que 90 dias é o prazo que mais interessaria aos credores norte-

americanos, devido às disposições legais lá existentes, regulando a matéria. Para os banqueiros internacionais, a suspensão com mais de 90 dias criaria o risco de depreciação de papéis brasileiros.

O ministro da Fazenda garantiu que não haverá recessão, nem submissão ao FMI (Fundo Monetário Internacional). O governo pretende aplicar, a partir de março, recursos da ordem de 120 bilhões de cruzados. Provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento, para incentivar o nosso desenvolvimento, evitando o desemprego e a recessão. Funaro assegurou, também, que não haverá congelamento da dívida interna.

Refletindo o estado de espírito dos deputados, depois do encontro com o ministro, um dos participantes, falando do prazo da suspensão do pagamento dos encargos da dívida externa, observou: "Esse problema do prazo não vai tirar nosso sono. Quem vai perder o sono com isso são os credores internacionais".